



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

AS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO NAS LINHAS E ENTRELINHAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Célia Aparecida Araújo Lemos¹ Ana Raquel Martins de Holanda² Caio Cesar Winker e
Silva³ Willey Pereira dos Santos⁴ Betânia Maria Oliveira de Amorim⁵

¹Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande celia.2011.lemos@gmail.com

²Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande raquelmartinsh@gmail.com

³Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande caio_winke@hotmail.com

⁴Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande will.lecter@gmail.com

⁵Professora orientadora Dr^a do curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande
betania_maria@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo em questão busca evidenciar como as relações de gênero vem sendo trabalhadas na Educação do campo. Para tanto, faremos uma distinção entre Educação “NO” Campo e Educação “DO” Campo, resgatando seus princípios teóricos e metodológicos oriundos da educação popular freireana, entendendo ainda que a emancipação política dos sujeitos é seu principal fundamento. Dessa forma, evidenciaremos que a autonomia da mulher é tema transversal, que perpassa as temáticas da agroecologia e economia solidária, linguagem e movimentos sociais. A partir da dimensão do trabalho, a Educação no Campo contribui para a superação das desigualdades sociais e a desmitificação da supremacia masculina no espaço rural, e promovendo o empoderamento das mulheres do campo. A análise realizada nos permite tecer algumas considerações quanto o potencial transformador da ação educativa fundamentada na realidade dos educandos, a qual a partir da reconstrução de significados comuns possibilita a instauração da solidariedade e o vislumbre de novos horizontes.

Palavras-Chave: Educação do campo, desigualdades, gênero.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

Mudanças sociais, políticas e econômicas têm alterado significativamente o papel atribuído às mulheres e ao seu espaço de atuação. Além do direito a participação política e do acesso ao mercado de trabalho, elas seguem no exercício de profissões e realização de trabalhos considerados masculinos. Todavia, embora reconheçamos uma série de avanços e conquistas nesse sentido, ainda persistem uma série de desigualdades entre homens e mulheres. No âmbito do mercado de trabalho, por exemplo, a precarização configurou-se como determinante na persistência dessas desigualdades, ainda que reconfiguradas em salários desiguais para o exercício da mesma função, e na dupla jornada de trabalho. Embora as mulheres realizem trabalho remunerado no espaço público, no espaço privado o trabalho doméstico não é dividido igualmente com os homens.

No espaço rural as desigualdades de gênero se manifestam de diferentes formas: desvalorização do trabalho feminino na lavoura, considerado como ajuda; falta de autonomia feminina na tomada de decisões; exclusão das mulheres nos processos de herança da terra. Esta última, afeta principalmente as jovens mulheres rurais, impondo a migração para a cidade como a alternativa mais viável. Nesse contexto, a Educação do campo surge como instrumento de transformação social a partir da promoção da inserção crítica do sujeito na realidade. É importante ressaltar que não estamos nos referindo a um modelo específico de educação bancária, a saber: aquele que não desenvolve, mas capitaliza os sujeitos inserindo-os na lógica do mercado. Entendemos a educação como uma prática social e política de empoderamento dos sujeitos pautada nos princípios da educação popular.

Ao propor uma ação educativa capaz de promover o desenvolvimento integral e emancipação dos sujeitos, a Educação do campo assume o compromisso de contribuir para a superação das relações opressivas. Dessa forma, sua aposta é promover por meio do diálogo, a reflexão sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres, os fundamentos da hierarquização que marcam esta relação, de modo a desnaturalizá-las.



O presente trabalho busca evidenciar como a temática das desigualdades de gênero vem sendo abordada pela proposta da educação do campo. Assim, definiremos conceitualmente o que entendemos por Educação do Campo, o que a justifica e como se constitui historicamente essa proposta educativa fundamentada na pedagogia Freireana e nas experiências de educação popular, aqui compreendida com práticas educativas emancipatórias. Por conseguinte, destacaremos como a Educação do campo pautada em uma visão de mundo sistêmica, articula a questão das desigualdades de gênero com outros temas como: linguagem, agroecologia e economia solidária e movimentos sociais. Por fim, relataremos como a Marcha das Margaridas configura-se como uma estratégia de educação não formal no tratamento do tema.

METODOLOGIA

Realizamos uma revisão da literatura na qual foram analisados artigos, textos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, documentos digitais dos sites do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e um conjunto de cartilhas produzidas por instituições sindicais de trabalhadores rurais e entidades parceiras. Foram analisados 15 textos entre livros, artigos e resumos, destes, 10 foram relevantes levando em consideração os seguintes critérios: abordar temas referentes a Educação no Campo e educação popular, e relações de gênero no contexto rural. Por serem considerados significativos foram avaliados na íntegra, e posteriormente houve uma reflexão crítica tomando como referência as ideias defendidas pelos autores.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS

Desde a década de 40, por meio das ligas camponesas, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) tem na Reforma Agrária sua mais importante reivindicação. Porém, com o passar do tempo e com o aprendizado proporcionado pela luta, os trabalhadores compreenderam que alguns hectares de terra são insuficientes para tornar o campo um espaço no qual seja possível viver com justiça



e dignidade. Para tanto, faz-se necessário que seja assegurada a efetivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

De acordo com Rocha e Gonçalves (2011) a luta transformou-se na luta por um “Reforma Agrária Ampla e Massiva”, o que significa a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, e ainda que o acesso à terra esteja articulado a políticas de infraestrutura, créditos, assistência técnica e garantia dos direitos fundamentais: trabalho, renda, moradia, saúde, educação, transporte e lazer (Lunas & Rocha, et. al., 2009).

Nesse contexto, a educação é considerada como ferramenta estratégica para a emancipação dos sujeitos do campo e transformação do espaço rural. No entanto, o modelo educacional vigente apresenta-se incapaz de desencadear as mudanças almejadas por diversos motivos, entre os quais o acesso à educação para aqueles que habitam o campo limita-se a aquisição da leitura e da escrita pautada no modelo denominado por Paulo Freire “Educação bancária”. Ademais, as escolas no campo enfrentam inúmeros desafios, a saber: estrutura física inadequada, docentes com qualificação precária, baixa remuneração e sobrecarga de trabalho. No entanto, o principal desafio se refere à inadequação do Projeto Político Pedagógico ao contexto dos educandos.

É possível uma educação que não valoriza a cultura e os saberes dos sujeitos, ser emancipadora? É possível um currículo organizado arbitrariamente fundamentar um aprendizado significativo e transformador? Como desenvolver novas tecnologias de produção e comercialização ancoradas em valores como sustentabilidade, solidariedade e justiça social, com conteúdos desvinculados das experiências cotidianas?

Estas questões legitimam a luta empreendida pelos movimentos sociais camponeses por uma educação no campo e do campo. “NO” por tratar-se de um direito do sujeito ser educado no espaço em que vive e “DO” por ser a partir das vivências, experiências e cultura camponesa que os conteúdos e metodologias devem ser pensados. Mais que a oferta do ensino no espaço rural, o termo “Educação do campo” cunhado pelos movimentos sociais é sinônimo de um modelo educacional protagonizado pelos camponeses, ancorado em suas práticas, vivências e lutas, na pedagogia do diálogo e da participação. Nessa perspectiva, entendemos que educação do campo.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

“é toda ação educativa desenvolvida entre os povos do campo, incorporando os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas, e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida” (SILVA, 2009:74).

Portanto, a educação do Campo nasce em contraposição ao modelo educacional hegemônico. Seu objetivo é o fortalecimento da identidade camponesa, a retomada da função social e política da escola, e a promoção do desenvolvimento do potencial de homens e mulheres do campo, tendo em vista sua emancipação, produção de novos saberes, tecnologias e práticas.

Nessa perspectiva, a educação é vista como ferramenta no fortalecimento da organização e luta da classe trabalhadora, instrumentalização para a conquista da reforma agrária e demais direitos que garantam o campo como possibilidade de um espaço de vida com dignidade. Assim, a descolonização do saber contribui com a formação de consciências críticas, capazes de recriar a dinâmica e as relações sociais opressivas as quais os sujeitos estão submetidos. Ao propor a realidade como elemento fundador do saber Freire assinala que a educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo (Freire, 1987:40). Trata-se, então, de um diálogo com o mundo e sobre o mundo.

Inspirada na teoria do educador pernambucano e nas experiências de educação popular realizadas ao longo do tempo, a Educação do campo se constitui enquanto proposta educativa ancorada na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96. Segundo esta, é necessário que os conteúdos curriculares e metodologias estejam apropriados as reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; que haja uma organização escolar própria incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas; e, por fim, que haja uma adequação a natureza do trabalho na zona rural, garantindo assim uma formação voltada para sustentabilidade das comunidades do campo.

Para Silva (2009), a Educação do campo rejeita a organização dos conteúdos em disciplinas fragmentadas e propõe a organização curricular de forma integradora,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

através de temas geradores, eixos temáticos, blocos temáticos e/ou pedagogia de projetos. A pedagogia da alternância, por exemplo, tem em sua metodologia a proposta de dividir o tempo de estudos entre a escola e a família, buscando conciliar esses dois espaços ao mesmo tempo mantendo a vinculação do jovem a sua família e ao meio rural, se adequando melhor a realidade campo. Essa integralidade potencializa a correlação dos conteúdos com o contexto social e as vivências dos educandos, recuperando a compreensão de que o saber é uma construção social sistematizada e compartilhada nos espaços formativos.

A concepção de gestão escolar a qual a Educação do campo se propõe é participativa, onde a tomada de decisões quanto aos objetivos sociopolíticos e pedagógicos da instituição de ensino se faz de forma coletiva e compartilhada. A democratização do processo administrativo e pedagógico da escola é por excelência uma ação formativa para o exercício da cidadania, e estimula o desenvolvimento do potencial individual e coletivo da comunidade.

É imprescindível garantir a participação da comunidade e de suas organizações representativas no planejamento das atividades, promovendo a corresponsabilidade de todos. Ora, sendo assim, a construção do Projeto Político Pedagógico, a seleção dos conhecimentos socialmente construídos que integrarão o currículo, a organização do tempo e espaço escolar, avaliação das ações desenvolvidas, são atividades privilegiadas que proporcionam o aprendizado e construção de novos saberes. Sujeitos com diferentes conhecimentos, níveis e áreas de formação, objetivos e visão de mundo interagem, aprendem, ensinam e se empoderam.

A diversidade do contexto educativo, a multiplicidade de sujeitos com diferentes identidades, anseios e histórias, exige profissionais qualificados, éticos e coerentes. A formação teórica dos docentes é primordial para atender a complexidade da ação educativa e acolher as demandas dos educandos e da comunidade. Sendo assim, é a formação inicial e continuada que instrumentalizará o educador, e possibilitará que este articule teoria e prática, reflita sobre o processo educativo e sistematize novos conhecimentos.

Freire (2011) é categórico quanto à importância de não reduzir a prática docente ao ensino de conteúdos, visto que, este é apenas um aspecto da atividade pedagógica.



Ressalta ainda, que é fundamental a preparação científica, o respeito aos educandos e a coerência entre palavras e ações. Dessa forma, a educação no contexto rural exige uma atuação diferenciada daquele que se propõe educador, partindo sempre da concepção de que toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida.

Portanto, mais que a aquisição de habilidades de leitura e escrita, a Educação do campo cumpre a função de contribuir com a efetivação de um projeto de sociedade que tem o desenvolvimento rural sustentável e solidário como objetivo, sendo o eixo central de todo o processo formativo, e compreendido como uma forma de pensamento e produção da existência. Ao pensarmos em desenvolvimento, reconhecemos o potencial do espaço rural e dos sujeitos que ali vivem, e que a partir da construção de novos conhecimentos poderão melhorar a qualidade de vida.

A noção de sustentabilidade requer pensar uma nova relação com os recursos naturais, rejeitando a visão dicotômica homem/natureza e reconhecendo-os como parte de um mesmo ecossistema cuja existência é interdependente. Nessa perspectiva, sustentabilidade ultrapassa o sentido econômico de garantir o sustento, sendo entendido também como um meio de garantir a existência da vida humana e a diversidade dos seres vivos (CAPRA, *apud*, 2009). Quanto à solidariedade, esta estabelece um novo paradigma nas relações interpessoais, pautada na cooperação, na coletividade, por compreender a relação de dependência na existência e transformação social e exigindo a recriação das relações políticas, sociais e econômicas.

DIALOGANDO SOBRE DESIGUALDADES DE GÊNERO

A abordagem das desigualdades de gênero feita na Educação do campo se dá a partir da dimensão do trabalho. A escolha deste viés se justifica, por serem através das relações de trabalho que se materializam diversas formas de discriminação e violência, possíveis de serem recriadas apenas com a desnaturalização destas.

No campo, por mais que as mulheres estejam presentes em todas as etapas do processo produtivo, seu trabalho é pouco valorizado e considerado como ajuda. De forma sutil o seu lugar foi sendo historicamente invisibilizado por uma cultura machista



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

dominante, cabendo a ela apenas ser mãe e cuidar das atividades da casa. Esta questão está ligada diretamente a um modelo familiar patriarcal predominante que persiste, principalmente no meio rural, desde o Brasil colônia. A problematização desses elementos que limitam e comprometem a liberdade e dignidade das mulheres é que possibilitará a desnaturalização da dominação masculina.

A prática do diálogo na qual a Educação do Campo se funda constitui-se como experiência singular na partilha de saber e poder de forma igualitária. Para Freire (1987) diálogo é nutrido e nutre a existência dos sujeitos que pronunciam a palavra verdadeira e com ela transformam o mundo. Diálogo é uma ação, um ato criativo e amoroso de homens e mulheres solidários na busca da libertação. É a partir dele que o lugar e o papel desses sujeitos será compreendido como algo cultural e historicamente construído, e que, portanto, podem ser alterados.

Os elementos classe, raça e gênero se integram na constituição das identidades dos educandos, aspecto fundamental a ser considerado na ação educativa, e que moldam sua visão de mundo e a forma como se relacionam socialmente. Esses aspectos são produzidos a partir das condições objetivas de produção da existência. A emancipação dos sujeitos, um dos princípios norteadores da prática educativa na Educação do campo, requer necessariamente o reconhecimento das relações de opressão. Assim, os diálogos se sustentam na vida prática, no que é palpável e vivido, articulando-se com outras formas de intervenção, mesmo porque a superação das desigualdades de gênero requer mudanças nas condições objetivas dos meios de produção da vida.

A Educação do campo, ao fazer a opção por incentivar e fomentar um modo de produção agroecológico através de seus processos educativos, lança as bases um sistema que requer uma mudança estrutural nas relações com a natureza e com o outro, o que implica também na superação das desigualdades de gênero. Por agroecologia, compreende-se “um modo de produzir, relacionar-se e viver na agricultura” significa estabelecer “relações respeitadas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens, idosos e destes/as com a natureza” (Marcha da Margaridas, 2015:24).

Além disso, a produção da vida a partir dos princípios agroecológicos ressalta o papel da mulher como detentora de saberes importantes e dos quais ela é historicamente guardiã, como: o plantio e conhecimento de plantas medicinais, preservação de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sementes, práticas do cuidado que é base do que hoje é conceituado como agroecologia. Sendo assim, esse modelo de produção e as relações de subordinação, exploração, discriminação e violência são inconciliáveis, e, fundamentam a demanda por inclusão nos espaços formativos de escolas técnica e universidades do diálogo entre feminismo e agroecologia conforme destaca o caderno temático da Marcha das Margaridas 2015.

As experiências de economia solidária oferecem subsídios para uma profunda reflexão sobre a questão. O valor justo do trabalho e a centralidade no desenvolvimento humano são aspectos fundamentais que contribuem para a superação das desigualdades de gênero, pois permitem que o trabalho doméstico e as práticas de cuidado realizadas principalmente por mulheres ganhem visibilidade e valorização. Ao fundar-se sobre princípios da igualdade, autonomia, interdependência, autogestão, participação, cooperação, valorização de saberes tradicionais, a Economia solidária configura-se como estratégia para a promoção do bem estar e justiça social em setores vulneráveis. As relações horizontais entre os membros dos empreendimentos, também podem ser destacados como terreno privilegiado para a construção da equidade de gênero.

A educação é considerada um processo contínuo e permanente, que se dá para além do ensino formal. Sendo assim, a escola não é o único espaço de produção e [des]construção desses saberes. Além das instituições que adotaram efetivamente os princípios e diretrizes da Educação do campo, a caminhada empreendida pelos movimentos sociais e organizações camponesas, cuja herança advinda da educação popular faz do diálogo seu principal instrumento metodológico, tem propiciando importantes espaços de diálogo sobre o tema. Reuniões comunitárias e sindicais, cursos, fóruns, conferências e projetos, tem se constituído como espaços estratégicos para dialogar sobre desigualdades, discriminação e violência de gênero.

A Marcha das Margaridas, maior mobilização de massa do MSTTR e maior expressão da luta feminista no Brasil é uma experiência singular, pela capacidade de mobilização e proposição de programas, projetos e políticas, denuncia da violência e discriminação das mulheres, mas principalmente por sua capacidade de fomentar o debate sobre o tema. A mobilização constante coloca as mulheres em um lugar de visibilidade, além de possibilitar a ampliação e o empoderamento de suas demandas para além dos movimentos sindicais. Desta forma, como modalidade de educação não



formal, pretende-se fortalecer e ampliar a organização política das mulheres trabalhadoras, reafirmando o seu protagonismo na construção do desenvolvimento econômico, político e social voltado a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente, atentando ainda para superação das desigualdades de gênero.

Os movimentos sociais têm feito um importante investimento na sistematização das ações e diálogos sobre a temática, e os materiais escritos oferecem subsídios para os debates. Um sistema que se retroalimenta e proporciona aprendizado através da leitura e escrita, um processo contínuo de ação-reflexão. Assim, a produção e disponibilização de livros, revistas, jornais, cartilhas e artigos produzidos pelas instituições sindicais e parceiras, educadores e intelectuais, tem contribuído para apreensão teórico-metodológico, reflexão, aprendizado e difusão dos diálogos e experiências no tratamento do tema relações de gênero. Propõe, inclusive, uma linguagem diferenciada abrangendo e especificando sujeitos masculino e feminino. Desse modo, denuncia a dominação masculina no campo da linguagem e na academia, onde historicamente as mulheres foram excluídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica dessa realidade. Sendo assim, a educação liberta na medida em que desenvolve no homem uma tomada de consciência crítica, e, para além da consciência, o faz sujeito de uma atitude crítica que o liberta da opressão. É imprescindível, portanto, a promoção de estratégias de desvelamento das relações sociais e do mundo. Tomando por base esses aspectos, para a proposta de Educação do campo, a abordagem das relações de gênero é essencial para compreendermos as relações opressoras vivenciadas por mulheres e sujeitos cuja identidade de gênero diferem do padrão considerado “normal”. O tema perpassa os diálogos sobre economia, política, saúde, entre outros, possibilitando que a desmistificação e desnaturalização dessas relações, ocorram de forma explícita ou implícita, porém, contínua.

Ao lutar pela efetivação de uma educação capaz de proporcionar o desenvolvimento integral do sujeito, compreende-se que a valorização e respeito às



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

diversas formas de expressão afetiva entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, independente de sua identidade de gênero ou orientação sexual é parte desse projeto. E ainda, que desenvolvimento rural sustentável e solidário, pressupõe liberdade, justiça, igualdade e equidade entre os sujeitos.

Ao transcender o espaço do ensino formal, novos sujeitos são envolvidos e coletivamente a responsabilidade pela mudança social é assumida. Assim, a *transformação* torna-se processo contínuo e permanente que se dá em todos os momentos em que em que ocorre o desvelamento do mundo, a problematização das relações sociais e culturais, possibilitando a construção de novos referenciais mais justos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 9.394, 20 de dez. 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 29 de julho de 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e terra, São Paulo: 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 . ed. 23. Reimp. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1987.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDARIA – FBES. <[Http://www.fb.es.org.br/biblioteca/acervotematico/mulher](http://www.fb.es.org.br/biblioteca/acervotematico/mulher) > Acesso em 29 de jul. 2015.

LUNAS, Alessandra da Costa; ROCHA, Eliene Novaes. (Orgs). **Práticas pedagógicas e formação de educadores/as do campo**: caderno pedagógico da Educação do Campo. Brasília: dupligráfica, 2009. 212p. il.;21cm.

Margaridas na luta por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade, e liberdade. Caderno de texto para Estudo e Debates. Marcha das Margaridas 2011.

Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade, e liberdade. Caderno de texto para Estudo e Debates. Marcha das Margaridas 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Mulheres constroem a luta política e sindical. In: Revista da Marcha das Margaridas. Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Coordenação Nacional. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Dupligráfica Brasília, Gráfica Editora Ltda. Triagem: 30.000 exemplares. Março de 2008

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa.** Educação e Pesquisa, Brasil, v. 34, n. 1, p. 27-45, abr. 2008. ISSN 1678-4634. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28073/29880>>. Acesso em: 12 Ago. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022008000100003>.

ROCHA, Eliene Novaes; GONÇALVES, José Wilson Souza. (Orgs). **Educação do campo: dimensão educativa da luta sindical e práticas pedagógicas na educação do campo.** Brasília, DF: CONTAG, 2011.

SILVA, Carmem; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Veronica. (Orgs). **Mulher Trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo.** –Recife: SOS corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005. 130p.;21cm.

SILVA, M.S. **Tentativas de construir uma teoria pedagógica sistêmica para impregnar o mundo de sentido: Saber, Querer, Sentir e Poder.** In: LUNAS, A.C. ROCHA, E.N. (Orgs). **Práticas pedagógicas e formação de educadores/as do campo:** caderno pedagógico da Educação do Campo. Brasília-DF: dupligráfica, 2009. P.73-106.